

A Universidade ao serviço da sociedade: 3ª Parte – Prestação de serviços técnicos e científicos

Prestação de serviços técnicos e científicos

Esta é uma área à qual a instituição deve dar a máxima atenção. É, muitas vezes, a forma mais directa de interacção com a sociedade. E é uma forma fundamental de os docentes estarem atentos às necessidades reais da sociedade, quer em termos de formação quer de investigação. Para além de poder constituir, para a instituição, um reforço dos meios financeiros disponíveis, o que não é certamente de desprezar. Deverá por isso esta área fazer parte efectiva da estratégia institucional. Mas, atento a que a melhor forma de interacção é normalmente aquela que decorre da iniciativa individual, as políticas da instituição nesta área devem incentivar e premiar o inerente desempenho dos docentes e demais colaboradores. Isto sem prejuízo das acções através das (ou potenciadas pelas) instituições de interface, que são um excelente veículo para a aproximação entre a Universidade e a sociedade, nas suas áreas específicas de actuação.

O estímulo à iniciativa individual dos docentes nesta área deve ser, por isso, inequívoco. Não apenas em palavras ou declarações genéricas dos nossos dirigentes, mas fundamentalmente por actos concretos que permitam alterar a cultura vigente de algum distanciamento (e até receio), de abertura à sociedade. Para isso, os nossos dirigentes devem pautar a sua actuação no sentido de incutir níveis elevados de confiança no sistema. E não produzir incidentes infelizes como o verificado há dois anos em que muitos dos responsáveis por centros de custo viram os seus saldos diminuídos e nalguns casos mesmo anulados, por decisão administrativa superior. Mesmo que se compreendam os motivos invocados (o que é difícil), sou levado a considerar que o prejuízo que essa decisão errada causou à Universidade vai levar anos a reparar. De facto, o nível de confiança está no mínimo, e qualquer estratégia no sentido de a inverter, vai necessitar de grandes esforços e medidas concretas. Que passam, por exemplo, por reduzir drasticamente o nível de complexidade administrativa interna, ao nível da contabilidade, a meu ver, completamente injustificável nos dias de hoje. E isto tem também directamente a ver com a questão do centralismo exagerado que hoje temos, e da necessidade de haver um nível de delegações de competências que torne o funcionamento interno mais simples e eficaz. Terá de passar também pela reformulação dos regulamentos actuais, adequando-os à importância que o factor motivação individual tem de assumir, nomeadamente instituindo formas de premiar o desempenho. Há, por isso, principalmente nesta área, um trabalho muito árduo a fazer, que só novos dirigentes que, em particular, valorizem estes princípios, poderão corporizar.

Os valores defendidos pelos membros da lista B candidata ao Conselho Geral vão no sentido de dotar a Universidade de novos mecanismos que potenciem a melhoria contínua da qualidade do seu serviço à sociedade. Apelo, por isso, à reflexão de todos os colegas, em torno destes temas, que entendo como cruciais para a nossa instituição. E apelo, também por isso, ao apoio a esta lista, pois é necessário garantir uma mudança efectiva na qualidade dos nossos dirigentes, e nos métodos utilizados, sendo essencial substituir o centralismo pela participação.

Fernando Castro